

A DINÂMICA CONTEMPORÂNEA DA ECONOMIA BRASILEIRA: UMA ABORDAGEM NA PERSPECTIVA DA GEOGRAFIA ECONÔMICA

META

Entender criticamente os contraditórios processos de formação da economia brasileira, tendo como lastro a sua formação industrial, social e também da chamada divisão regional do trabalho; compreender como funciona essa contradição da qual a dinâmica econômica em nosso país assemelha-se a um ornitorrinco.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá: desenvolver a partir de uma abordagem crítica os contornos contraditórios da economia brasileira, na tentativa de superar os modelos conservadores e importados e que não deram respostas ao problema estrutural da economia brasileira. Como é uma tema interdisciplinar, acreditamos que ele deve ser abordado dentro do conteúdo da Geografia Econômica, principalmente para entender a dinâmica da economia brasileira.

PRÉ-REQUISITOS

Ter assimilado os temas abordados nas aulas 03 e 04, fundamentais para inserir como exemplo de análise, a realidade econômica brasileira.



Lindolfo Collor, 1.º Ministro do Trabalho visitando uma indústria. A Revolução de 1930 foi um divisor de águas no processo brasileiro de industrialização. Com Getúlio Vargas na Presidência da República tem início o reconhecimento de uma realidade industrial, traduzida na criação do Ministério do Trabalho, das leis sociais e de sindicalização.

(Fonte: www.portalsaofrancisco.com.br)

INTRODUÇÃO

São várias as teorias que explicam a formação histórica e econômica brasileira. Desde os anos 30 que os escritos navegam dentro da sociologia, da antropologia, da história, mas principalmente da economia sobre essa questão. A Geografia complementa essa abordagem quando envolve a questão territorial e da produção do espaço.

Na presente aula, a nossa proposta é seguir o mesmo caminho da aula anterior: ler a realidade a partir de um viés crítico. E nisso temos que destacar alguns autores interessantes como Celso Furtado e Raul Prebisch, bem como os mais duros em suas críticas como Francisco de Oliveira e Ricardo Antunes, este o maior estudioso sobre a crise do trabalho no Brasil. Portanto, a aula tem natureza interdisciplinar e não se pode entender o alcance da Geografia Econômica sem adentrar temas tão interessantes e ao mesmo tempo tão denunciadores das contradições sociais e econômicas brasileiras e que efetivamente rebatem na organização do espaço brasileiro.

Desse modo, desenvolvemos o estudo sobre a superação da velha dualidade brasileira (o atrasado e o moderno) e que na verdade tudo estar

relacionado, as crises que se abateram, as fortes conseqüências sociais e seu rebatimento no mundo do trabalho, como o crescimento do chamado trabalho precarizado. No final abordamos a configuração deformadora da realidade econômica brasileira e que mais parece um ornitorrinco, o animal de maior deformidade existente, que possui bico de pato, é mamífero, põe ovos, não possui patas, além de possuir características reptilianas. Esse seria o quadro de uma economia que precisa ser decifrada pelo estudante de Geografia Econômica.



No segundo governo Vargas (1950-1954) a industrialização se consolidou, fortalecida por uma política nacionalista. A campanha “O Petróleo é Nosso” garantiu o monopólio estatal e a criação da Petrobrás (1953). Em Minas foi inaugurada a Cia. Siderúrgica Mannesmann (agosto de 1954), com a presença do Presidente Getúlio Vargas.

(Fonte: www.portalsaofrancisco.com.br)

A QUESTÃO DO “SUBDESENVOLVIMENTO”

Primeiramente, e isso o aluno deve estar atento relaciona-se com uma expressão muito usada, dizendo, por exemplo, que o “Brasil é um país subdesenvolvido”.

Subdesenvolvido, por que?

Pela linguagem comum subdesenvolvido porque possui características sociais e econômicas diferenciadas em relação às características observadas nos países ditos desenvolvidos. Uma delas é a baixa renda da maioria da população, alta concentração dessa renda nas mãos de uma minoria, baixos índices educacionais e dependência econômica, por possui altas dívidas externas e ter uma balança comercial desfavorável, pois exporta produtos agrícolas e importa produtos industrializados.

A questão, principalmente para quem estuda com maior profundidade, é muito maior que simplesmente apresentar essas características. É muito limitado.

Nesse aspecto, temos que superar essa limitação. E ainda assim temos que superar a *impossibilidade de usar a expressão “país subdesenvolvido”*.

Uma delas é a própria natureza da expressão. E nela temos uma idéia que subdesenvolvido é aquele que está um pouco abaixo dos “desenvolvidos”. O que significa que um dia “chegaremos a ser desenvolvido”. O que denota ser um processo por etapas. Se nós somos pobres hoje seremos ricos amanhã! E esse o maior equívoco. Veja que a expressão foi criada justamente para criar uma situação confortável de que a nossa pobreza se dar pela nossa incompetência econômica e social e que “um dia chegaremos lá”. Nada mais cínico do que esse argumento fantasioso.

Devemos destronar essa expressão e utilizar outras formas de entender porque o mundo é tão diferente economicamente.

A explicação mais direta dessas diferenciações é que a desigualdade econômica mundial se dar *em função de processos históricos. Em outras palavras, se alguns países são mais ricos e que a esmagadora maioria dos países são pobres, é porque os fatores históricos explicam esse processo.*

Nisso agregamos uma importante expressão e que o aluno poderá aprofundar mais adiante: divisão internacional do trabalho. E o que significa? Simples, o mundo é desigual porque existiu, e ainda existe, uma desigualdade na produção e principalmente na distribuição da riqueza gerada em todo mundo, tudo fruto do trabalho humano e que na verdade uma minoria é quem sai ganhando. Daí a desigualdade e que certamente será cada vez mais profunda com o decorrer do tempo. Daí a inaplicabilidade da questão da existência de países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Depois desse esclarecimento, vamos ao elemento central da presente aula: a formação mais recente da economia brasileira. De antemão

alertamos ao leitor que temos uma determinada postura teórica sobre a questão, mas também não podemos deixar de dizer que existe uma variedade de interpretações. Escolhemos uma e aí o aluno poderá entender e ao mesmo tempo discordar ou não da nossa posição. Escolhemos o economista e sociólogo brasileiro (e nordestino), ainda vivo, Francisco de Oliveira, extraindo suas idéias a partir de duas obras escritas um só volume e que ora apresentamos na nossa bibliografia abaixo.

DA INEXISTÊNCIA DA DUALIDADE DA ECONOMIA BRASILEIRA

A influência do pensamento de um órgão vinculado a ONU e que analisava a dinâmica econômica dos países da América Latina – a CEPAL (Comissão Econômica para estudos para a América Latina) – foi fundamental para entender o porquê do atraso das economias latino-americanas e não menos da economia brasileira. Para estes economistas, o nosso atraso se daria através da convivência contraditória entre o setor *moderno e atrasado da economia*. *O primeiro se daria pela existência de uma agricultura atrasada e com base, ainda, na grande propriedade improdutivo. O segundo seria representado pelo segmento industrial de base urbana e apresentando maior capacidade de inovação e desenvolvimento.*

Ou seja, essas economias eram dualistas (dois setores econômicos praticamente opostos). A proposta apresentada pelos representantes desse órgão de pesquisa econômica da ONU para a América Latina era superar essa dualidade a partir de políticas agressivas de desenvolvimento e nisso três proposições foram apresentadas como meio de superação, principalmente de superação do segmento atrasado:

a) *O Estado seria o maior empresário desses países*, investindo em segmentos que dariam as bases do desenvolvimento dessas economias sendo responsável pela construção de rodovias, ferrovias, siderurgias, exploração de minérios, construção de hidroelétricas, etc. Foi o que aconteceu no Brasil com a criação da Petrobrás, Companhia Vale do Rio Doce, Eletrobrás, etc. entre os anos 40 e 50 do século passado.

b) *A implantação real de uma política de Reforma Agrária*, visando democratizar o acesso a terra e ao mesmo tempo aumentar a produção agrícola. A existência de grandes extensões de terra era um obstáculo a ser superado, não havendo possibilidade de modernização do campo na medida em que os milhões de brasileiros que residiam no meio rural eram impedidos de desenvolver uma agricultura voltada para o mercado interno ou até mesmo aumentar o volume das exportações dos produtos agrícolas.

c) *Incentivar a industrialização*, não apenas por medidas realizadas pelo Estado através de incentivos fiscais ou até mesmo investindo, como acon-

teceu com o segmento siderúrgico, mas também facilitar a presença de capital estrangeiro e maior participação do capital privado nacional. A industrialização seria o elo ao desenvolvimento desses países, atraindo mão-de-obra estagnada no campo, incrementando a urbanização e diversificando o mercado de trabalho com o aumento da massa salarial desses novos trabalhadores urbanos.

Entretanto, podemos perceber que essas propostas *tinham a ver com a tese do subdesenvolvimento* e que já criticamos anteriormente. Ou seja, para superar o nosso atraso, teríamos que industrializar como fizeram os países mais ricos. O que seria um tremendo equívoco, simplesmente porque tínhamos *singularidades históricas*, bem diferenciadas em relação aos países ditos desenvolvidos.

Desse modo emprestamos da crítica do nosso autor escolhido – Francisco de Oliveira – para entender essa questão, da qual ele chamou em seu ensaio de “crítica à razão dualista”, onde o *dualismo econômico não poderia ser superado e sim realizado contraditoriamente*.

O que significa isso? Não é difícil responder.

O dualismo não desapareceria com a industrialização dos países da América Latina, entre eles o Brasil. Pelo contrário, o atrasado seria de fundamental importância no desenvolvimento do capitalismo nestes países e de forma mais acentuada do capitalismo brasileiro. Em outros termos, *o segmento atrasado da economia alimentaria o segmento moderno*, e para o nosso autor essa seria a chave para entender a industrialização brasileira e de seu “milagre econômico”. Daí a fragilidade da tese dos economistas da CEPAL.

E como isso se processaria? É importante o aluno entender os fundamentos para não estar arriscando em idéias pré-concebidas e a importância dessa temática tem fundamento quando estamos lidando com um futuro professor de Geografia e isso é tema certo em aulas do ensino médio.

DA SUPERAÇÃO DO DUALISMO: E ONDE ESTARIA O “MILAGRE BRASILEIRO”?

Como esse tema é interessante, pois foge aos padrões normais de interpretação do ponto de vista do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, é importante o leitor verificar onde esconde a interpretação, que, no nosso entender, reflete a realidade da história econômica brasileira mais recente.

Seguindo essa trilha de leitura, podemos apresentar ao aluno a leitura do tal milagre brasileiro e que se daria não propriamente pelos chamados “fundamentos da economia” ou da “competência de empresários de visão” como determinada literatura defende de forma apaixonada.

Mais uma vez a posição de Francisco de Oliveira é incontestável. Vamos extrair de seu pensamento esses fundamentos, simplificando para

que o aluno compreenda onde está a pérola dessa abordagem para o estudo da realidade econômica brasileira.

Sobre o papel do Estado: a partir do período varguista (que compreende os dois momentos que Getúlio Vargas foi presidente do Brasil), o país passou de modelo de *economia primário-exportadora* para a tentativa de consolidação de uma *economia urbano-industrial*.

Para isso, o Estado Brasileiro (não confunda *Estado* e *Governo*, Estado é coisa muito mais ampla) teria um papel muito importante. Com dupla atuação, como já observamos em item anterior da presente aula.

O *primeiro* como Estado que executa ações como se fosse uma empresa qualquer. O *Estado teria uma função empresarial, construindo grandes obras e administrando empresas estatais* de grande importância para qualquer economia industrial. Ainda mais importante, o Estado Brasileiro entrou na atividade econômica justamente para incrementar outras atividades, lançando as bases para o desenvolvimento do capitalismo industrial no país. Sem essas obras e empresas estatais, o país não sairia de seu “atraso”. Daí a construção da siderúrgica de Volta Redonda, da criação da Petrobrás e de outras empresas estatais. Elas teriam que existir para que o país pudesse fazer sua arrancada industrial.

Além de propriedade do Estado Brasileiro (que forma o segmento de “bens de capital”, como alguns economistas denominam), essas empresas não precisariam ter tanto lucro assim. Assim, seus produtos teriam que ter “custos menores” para beneficiar outros segmentos industriais. Assim, as tarifas de energia elétrica, o preço do petróleo, o uso das rodovias federais, o preço do aço, os menores custos no uso dos portos, etc. contribuiriam como “tarifa social”, ou seja, com preços menores que aqueles praticados em outros países. É evidente que o resultado em longo prazo traria efeitos benéficos sobre a economia como um todo.

Um *segundo fator* seria a intervenção do Estado nas relações de trabalho, regulamentando a relação capital-trabalho. E nisso Getúlio Vargas foi “revolucionário”. A criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) em 1943 foi à maneira de evitar o conflito entre empregados e empregadores e a presença do Estado com a criação da Justiça do Trabalho foi de grande importância. E nisso facilitaria qualquer possibilidade de crise e evitaria problemas como greve, paralisação, quebra-quebra, etc. havendo esses problemas, o Estado faria seu papel de *jugador*. No mesmo sentido foi à criação dos *sindicatos dos trabalhadores*, e que só poderia ser criado sob a autorização do Estado, através do Ministério do Trabalho.

Porém, o mais importante seria a criação do *salário mínimo*, e que aparentemente seria um “porto seguro” para os trabalhadores, pois ao menos poderia saber quanto iria ganhar minimamente caso arranjasse um emprego.

Mas o problema, leitor!! Seria outro. Por incrível que pareça, a institucionalização do salário mínimo contribuiria de certa maneira ao

horizonte do empresariado, onde este poderia realmente calcular qual seria o custo da força de trabalho e com isto ter maior tranquilidade para a obtenção do que mais deseja no final: lucro. Além da presença do Estado como “aparelho” administrativo para evitar conflitos trabalhistas.

O importante papel da agricultura: na mesma linha interpretativa relaciona-se com as transformações que a agricultura brasileira passaria a ter e de seu papel no desenvolvimento do capitalismo. E mais do que isso, o Brasil não precisaria realizar a reforma agrária e sim fortalecer formas capitalistas de produção nesse importante segmento da economia brasileira.

Assim, o papel da agricultura seria duplo. Vamos explicar.

O primeiro papel seria o fornecimento de alimentos de menor custo aos centros urbanos em crescimento. Isso pode ser explicado facilmente.

Nós sabemos que a chamada grande agricultura, de grande propriedade e com uso de técnicas de produção avançadas esta voltada à exportação. É aquela que atualmente conhecemos como *agronegócio*. Esta não estar voltada para atender as necessidades de consumo interno.

Logo, quem realmente fornece alimentos baratos para os centros urbanos tradicionalmente é a pequena agricultura familiar. E o que isso significa? Duas coisas.

Uma é que, sendo o preço dos alimentos barato, poderia a crescente classe trabalhadora urbana comprar sem grandes dificuldades. E um segundo aspecto seria da possibilidade da atividade industrial urbana (e também de serviços) pagar *menores salários na medida em que havia a possibilidade do trabalhador urbano viver minimamente, sem passar fome, pois ele poderia comprar alimentos baratos fornecidos por outros trabalhadores: os trabalhadores rurais.*

Um segundo papel da agricultura seria *o fornecimento de um grande contingente de trabalhadores dóceis e baratos aos segmentos da economia urbana e industrial.* Também isso contribuiria na diminuição dos salários, até porque existia um exército de trabalhadores disponíveis, com vontade de trabalhar e sem o menor interesse de voltar para o campo. O volume era tanto (como o caso da migração Nordeste-São Paulo) que as cidades “incharam” e os empregos não eram suficientes para todos.

Daí o surgimento de dois fenômenos sociais que conhecemos demais e que, até hoje existem nas grandes cidades brasileiras: o funcionamento da chamada “economia informal ou subterrânea” e as condições subnormais de habitação que conhecemos através de outras expressões como favelas, cortiços, vilas de quarto, etc.

Para os capitalistas industriais e urbanos, o Brasil seria o paraíso para crescer, pois tudo foi financiado pelos “outros”. Quer dizer, o Estado e os trabalhadores. E eles só ganharam com isso. Basta observar um fenômeno e isso Francisco de Oliveira é categórico: o custo da moradia nas cidades.

Como as cidades cresceram demais, é evidente que não tinha casa para todos e isso não era responsabilidade dos empresários ou até mesmo

do Estado. Para se virarem, recebendo salários baixos, ou moravam em áreas socialmente desvalorizadas, como as favelas, ou quando tinham seu “terreno” para construir suas casas, era distante demais dos locais de trabalho.

Mais grave em relação a essa questão era o preço da construção dessas casas. Como isso não agregava custo nenhum aos empresários e ao Estado, é evidente que os trabalhadores teriam que fazer das tripas, coração. Passavam anos construindo as casas, sempre que sobrava um pouco do parco salário que recebiam compravam material de construção, contratavam mão-de-obra eventual, etc. E ainda utilizam o tempo de descanso (domingos e feriados) para a construção tão esperada. Um verdadeiro martírio ao corpo, mas não ao espírito, além da esperança de um dia ter sua própria casa. Não é para menos que até hoje qualquer trabalhador urbano sem posse tem como maior sonho a obtenção de sua própria casa. Na Geografia denominamos todo esse processo de *práticas de autoconstrução*.

Assim, para entender a aula, podemos sintetizar essa parte do “milagre brasileiro” o verdadeiro segredo do desenvolvimento do capitalismo brasileiro e seu processo de industrialização e isso se deu, por décadas, *pela forte exploração da força de trabalho. O sangue e o suor de milhões de brasileiros (onde muitos já morreram) foi à base do que o Brasil é atualmente.*

Essa é a mensagem da aula até agora.

Para completar, devemos analisar a dinâmica da economia brasileira a partir dos anos 80 até os nossos dias e que seria bem diferente da fase anterior, até porque o país entrou no buraco da dívida pública, o segmento industrial estagnou e houve erosão salarial. Vamos fazer em breves comentários e vamos mais uma vez emprestar a análise do nosso economista, e que chamou essa fase ao animal mais esquisito do planeta: o ornitorrinco.

O ENIGMA DO ORNITORRINCO BRASILEIRO: UM PRODUTO SEM FORMA

Tomando como metáfora um animal com características sem formas e aparentemente arrepiante, para o nosso economista ora escolhido para narrar à economia brasileira nos últimos 25 anos, o ornitorrinco é o maior produto de um país que *não pagou sua dívida social, com uma das maiores concentrações de renda do mundo; não realizou a reforma agrária e o Estado sempre foi o palco de domínio da classe burguesa brasileira. Industrializou tardiamente e apresenta uma população trabalhadora latente, que perambula pelo país em busca de trabalho e vida decente.*

E quais seriam os caracteres desse ornitorrinco?

Primeiro no segmento da agricultura. *O agronegócio é um dos segmentos mais importantes na produção de mercadorias voltadas para exportação. Moderniza*

a agricultura sem necessariamente fazer reforma agrária ou melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais ou incentivos a agricultura familiar. Ou seja, a agricultura é industrializada, ampliando a produção e a produtividade do setor sem melhoria das condições sociais existentes.

E pelo visto parece que esse processo vai se aprofundar ainda mais na medida em que com o surgimento dos chamados *biocombustíveis* a tendência é consolidar ainda mais esse setor, piorando ainda mais a situação, pois teremos um cenário não muito confortável no futuro próximo: desenvolver a agricultura sem necessariamente produzir alimentos e sim a matriz energética.

Por outro lado temos um *segmento industrial completo, avançado e diversificado, inclusive com alguns setores que agregam características da terceira revolução industrial, a tão conhecida revolução molecular-digital ou simplesmente revolução da informática.* Basta observar alguns números interessantes.

O Brasil já possui, desde o início de 2009, mais de 140 milhões de celulares e com serviços cada vez mais sofisticados. O que equivale aproximadamente 0,8 celulares por habitante. Um dado assombroso e ao que tudo indica até 2012 chegará ao fantástico número de 200 milhões de unidades, o que significa que teremos mais de um celular por pessoa, isso contando com crianças, idosos, doentes, indiferentes, etc e que certamente não usam celulares.

Em termos de acesso a internet, o Brasil em 2009 ocupa a segunda posição entre os usuários da internet. Possui as maiores comunidades de Orkut do planeta, não é para menos que o Brasil se tornou um dos paraísos dos pedófilos da rede mundial de computadores!

E onde o ornitorrinco se realiza?

Simple observar. Enquanto temos um setor industrial avançado, por outro lado desenvolve também um segmento industrial de baixa tecnologia, de uso intensivo de força de trabalho, quase escrava, e trabalhando em lugares mais sujos do que chiqueiros de porcos.

É o que acontece com o segmento da indústria de confecções de baixa qualidade, mas que emprega milhares de pessoas, e que forma uma rede de vendedores de baixo capital de giro, mas presentes nas grandes cidades brasileiras. É o que conhecemos como “feiras da sulanca”, voltado para um estrato da população de baixa renda e que entope as ruas brasileiras de barracas enfeitadas alegremente com seus produtos, “invadindo a praia” da chamada economia real.

Para completar temos o ramo de alimentos, formado por uma vasta indústria que produzem mercadorias de baixíssima qualidade e muitas vezes sem controle e fiscalização do Estado. É o que acontece com a indústria de bebidas, como aquelas “tubaínas” maravilhosas, tão atrativas no sabor e no preço. O preço de uma coca-cola de 290 ml equivale a três deliciosas tubaínas. No ramo de limpeza não é bom nem contar. Ao

invés de comprar detergentes fabricados por empresas multinacionais, caríssimo, nada melhor do que comprar desinfetante de dois litros em garrafas pet!!

O aluno deve observar que vivemos o moderno, importado e sofisticado, ao lado do tradicional e rude, sem muita agregação tecnológica, mas compensado pela existência de uma importante fração da população que pode comprar e ainda ostentar!

No mesmo sentido é o segmento de comércio e serviços. Enquanto a elite se delicia nas cavernas do consumo – os shoppings centers – a população de baixa renda se contenta com as compras nos centros comerciais mais populares, onde vendedores gritam para faturar, ladrões atuam abertamente e quando precisam comer alguma coisa, não vão para a “praça de alimentação”, mas se contentam em comer pastel de vento com garapa que mais parece água com açúcar.

Finalmente agregamos elementos da economia financeira, e que também esses dados são de arrepiar.

O crédito no Brasil é um dos mais caros do mundo. Enquanto nos países mais ricos o crédito (ou seja, o dinheiro disponível para ser emprestado) equivale ao PIB (produto interno bruto) desses países, no Brasil isso chega ao máximo 30% do PIB. Daí o Brasil ser o paraíso, além dos pedófilos, também ser paraíso de quem gosta de aplicar no mercado financeiro. Como ninguém empresta a ninguém, evitando riscos, o segredo é comprar papéis do governo, ficar numa boa viajando pelo mundo vivendo dos rendimentos oferecidos pelo governo, afinal o país tem as maiores taxas de juros do planeta. Basta perceber os lucros dos bancos, ganharam no período da alta inflação e ganham ainda mais sem o dragão inflacionário. E olhe que o segmento bancário representa 9% do PIB, nenhum país do mundo chega a esse patamar!

Para completar o ornitorrinco temos a relação *dívida/PIB*, no Brasil chega a 55%. Somente um país chega a esse nível nessa relação – os Estados Unidos – porém este país tem o sangue da economia mundial – o dólar – como sendo o coração do planeta, ele bate, circula por todo o corpo e sempre volta onde iniciou. O Brasil não tem essa performance em termos mundiais.

Esse seria o deciframento do ornitorrinco brasileiro.

CONCLUSÃO

Para concluir e isso serve como estímulo ao aluno a estudar a realidade econômica brasileira e que efetivamente passou por diversas situações de prosperidade, paralisia, estagnação e “emergência”. Acreditamos que a Geografia Econômica poderá servir como instrumento no aprofundamento de entender porque o Brasil é tão desigualmente socialmente, mas economicamente é uma “locomotiva” dentre as economias latino-americanas.

O modelo apresentado seria apenas um dos modelos que adotamos para estudar. Existem outros. Entretanto, inserir uma postura mais crítica e de certa forma pessimista em relação ao futuro do Brasil é ser realista e nos parece que o modelo de Francisco de Oliveira ajuda a compreender na medida em que resgata a fantasia do tal “milagre brasileiro” e que era mal explicado, da persistência de um modelo social concentrador e excludente, a questão das impagáveis dívidas públicas (interna e externa), são alguns fatos da crise brasileira nos últimos quarenta anos. Daqui para frente, em especial no início do século XXI é tentar perceber para onde iremos, mesmo que tenhamos outra grande fantasia: do Brasil ser um país emergente. E isso o aluno poderá decifrar mais adiante, em futuro próximo, que poderá ser além do ornitorrinco.

RESUMO

Entender a economia brasileira é tomar consciência que são muitas as interpretações a serem escolhidas. Nesta aula escolhemos a concepção da crítica a razão dualista da economia brasileira a partir da escrita do economista nordestino Francisco de Oliveira. Em sua forte e interessante análise, o Brasil efetivamente passou por várias transformações internas, não dependendo exclusivamente das análises das influências das economias dos outros países, como é vista por outros estudiosos. Em primeiro lugar é superar a questão do “subdesenvolvimento” e que não seria uma etapa da evolução da economia, mas um processo histórico que sempre colocaria o país em condições de atraso e subordinação. Somando-se também a inexistência da dualidade entre o segmento “atrasado” e “moderno”, e para superar essa problemática teria que desenvolver políticas de proximidade entre o mundo rural atrasado e o mundo industrial e urbano moderno, pois o segmento atrasado era quem travava o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. A crítica ao dualismo seria simples: por incrível que pareça seria o atrasado que alimentaria o moderno, gerando o tal milagre brasileiro, sendo baseado esse desenvolvimento na superexploração da força de trabalho e do papel do Estado como mentor desse desenvolvimento, atuando como grande empresário e contribuindo com “tarifas sociais” como energia elétrica barata, rodovias, etc. e tam-



bém com o estabelecimento do salário mínimo, tudo isso beneficiando o capital nas mãos do grande empresariado, nacional e internacional. A questão central seria a metamorfose desse processo, agora mais recentemente, com a constituição do chamado ornitorrinco da economia e da sociedade brasileira, podendo ser observado no papel contraditório da agricultura, da indústria nacional altamente diversificada e encontrada em níveis diferentes de desenvolvimento, do segmento dos serviços e bancário, além dos indicadores macroeconômicos como na relação dívida/PIB, e que aparece o signo desse animal encontrado na ilha da Tasmânia na Oceania, próximo ao continente australiano.



ATIVIDADES

Se o Brasil, nesse momento que agora estamos passando, realizar a Reforma Agrária, ele mudaria sua orientação na agricultura, dando mais prioridade a agricultura familiar do que propriamente ao agronegócio? Ou a questão seria muito mais complexa e contraditória?

Pense e reflita.



PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, vamos ampliar o debate da questão brasileira, dentro do estudo da Geografia Econômica, trabalhando agora com a chamada “questão Nordeste”, tema importante para quem que entender a lógica porque o Nordeste é dito como região problema.

REFERÊNCIAS

- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco.** São Paulo: Editora Boitempo, 2003.
- FURTADO, Celso. **A formação econômica do Brasil.** São Paulo: Editora Moderna, 1982.
- SANTOS, Milton. **Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana.** São Paulo: Editora da Unesp, 2002.